



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

Brasília, 12/09/2008

Silvio S. [Assinatura]  
Data: 06/09/2008  
Mat.: Siapc 91745

CC02/C01  
Fls. 598

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
PRIMEIRA CÂMARA

Processo nº 13964.000409/2002-50

Recurso nº 147.841 Voluntário

Matéria COFINS

Acórdão nº 201-81.325

Sessão de 08 de agosto de 2008

Recorrente TRANSZAPE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA.

Recorrida DRJ em Juiz de Fora - MG

MF-Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 06/09/2008

Rubrica A

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Data do fato gerador: 31/07/1999, 31/08/1999, 30/09/1999, 31/10/1999, 30/11/1999, 31/12/1999, 31/01/2000, 29/02/2000, 31/03/2000, 30/04/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 30/09/2000, 31/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 28/02/2001, 31/03/2001, 30/04/2001, 31/05/2001, 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002, 30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002, 30/09/2002

**JUROS DE MORA. TAXA SELIC. MATÉRIA SUMULADA.**

*"É cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais." (Súmula nº 3 do 2º Conselho de Contribuintes).*

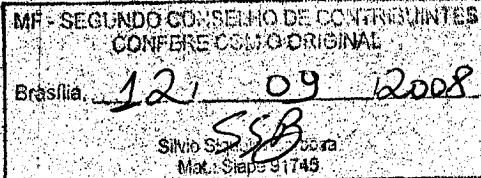
**MULTA E JUROS. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL.  
DÚVIDA. INEXISTÊNCIA.**

O princípio da interpretação mais favorável somente se aplica aos casos de dúvida razoável na interpretação dos fatos e da legislação.

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA  
SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Data do fato gerador: 31/07/1999, 31/08/1999, 30/09/1999, 31/10/1999, 30/11/1999, 31/12/1999, 31/01/2000, 29/02/2000, 31/03/2000, 30/04/2000, 31/05/2000, 30/06/2000, 31/07/2000, 31/08/2000, 30/09/2000, 31/10/2000, 30/11/2000, 31/12/2000, 31/01/2001, 28/02/2001, 31/03/2001, 30/04/2001, 31/05/2001, 30/06/2001, 31/07/2001, 31/08/2001, 30/09/2001, 31/10/2001, 30/11/2001, 31/12/2001, 31/01/2002, 28/02/2002, 31/03/2002,

*J. S. [Assinatura]*



CC02/C01  
Fls. 599

30/04/2002, 31/05/2002, 30/06/2002, 31/07/2002, 31/08/2002,  
30/09/2002

BASE DE CÁLCULO. CARTA-FRETE. SUBCONTRATAÇÃO.  
PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE. NÃO APLICAÇÃO.  
DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO.  
REDISCUSSÃO ADMINISTRATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

As despesas com subcontratação não descaracterizam o faturamento auferido com a contratação original do contribuinte com seus clientes. Questão decidida em ação judicial transitada em julgado não pode ser rediscutida administrativamente.

Recurso voluntário negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. O Conselheiro Alexandre Gomes declarou-se impedido de votar.

*Josefa Maria Almaraes*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Presidente

*JAF*  
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Fabiola Cassiano Keramidas, Maurício Taveira e Silva e Gileno Gurjão Barreto.

Ausente o Conselheiro Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça.

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFIRA O CÓDIGO ORIGINAL

Brasília, 12.09.2008

Silvio S. da Costa  
Mat. Siape 91745

CC02/C01  
Fls. 600

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 421 a 444) apresentado em 24 de setembro de 2007 contra o Acórdão nº 09-16.898, de 13 de agosto de 2007, da DRJ em Juiz de Fora - MG, do qual tomou ciência a interessada em 12 de setembro de 2007 e que, relativamente à auto de infração de Cofins dos períodos de julho de 1999 a setembro de 2002, considerou procedente o lançamento. A ementa do Acórdão de primeira instância foi a seguinte:

**"ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 01/07/1999 a 31/08/2002

**BASE DE CÁLCULO.**

*As diferenças detectadas entre os valores escriturados e os declarados à RFB devem compor a base de cálculo da contribuição.*

**PRINCÍPIO DA SEGURANÇA NA RELAÇÃO JURÍDICA.  
PROVIMENTO JURISDICIONAL.**

*Em homenagem ao princípio da segurança jurídica, todos devem se submeter à lei e à jurisdição. A decisão judicial transitada em julgado, em relação às partes integrantes do processo, pesa como norma jurídica individual e concreta, de observância obrigatória.*

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP**

Período de apuração: 01/07/1999 a 31/08/2002

**BASE DE CÁLCULO.**

*As diferenças detectadas entre os valores escriturados e os declarados à RFB devem compor a base de cálculo da contribuição.*

**PRINCÍPIO DA SEGURANÇA NA RELAÇÃO JURÍDICA.  
PROVIMENTO JURISDICIONAL.**

*Em homenagem ao princípio da segurança jurídica, todos devem se submeter à lei e à jurisdição. A decisão judicial transitada em julgado, em relação às partes integrantes do processo, pesa como norma jurídica individual e concreta, de observância obrigatória.*

*Lançamento Procedente em Parte".*

O auto de infração foi lavrado em 10 de outubro de 2002 e, segundo o termo de fls. 105 a 112, a interessada aderiu ao Refis, mas foi excluída do parcelamento por inadimplência.

Ademais, apresentou mandado de segurança em relação à exclusão da base de cálculo da contribuição das receitas transferidas a terceiros (Lei nº 9.718, de 1998, art. 3º, § 2º, III), tendo o Tribunal Regional Federal da 4ª Região dado provimento à remessa oficial em

*J* *[Assinatura]*

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL

CC02/C01  
Fls. 601

acórdão transitado em julgado em 24 de agosto de 2002. As diferenças não foram recolhidas espontaneamente.

Os valores relativos a vale-pedágio, cuja exclusão somente seria permitida a partir de julho de 2000, foram excluídos indevidamente no período de abril a junho de 2000.

Também foram excluídos valores relativos a descontos concedidos e não teriam sido informadas todas as receitas auferidas nos demonstrativos apresentados pela interessada (receita financeiras, descontos obtidos, comissões, receitas eventuais, variação monetárias ativas, outras receitas e aluguéis).

Por fim, esclareceu a Fiscalização que a Interessada apresentou espontaneamente as DCTF relativas aos fatos geradores ocorridos até o primeiro trimestre de 2001. Já sob fiscalização, apresentou as DCTF relativas aos 2º, 3º e 4º trimestres de 2001. Ademais, as DCTF dos 1º ao 4º trimestres de 2000 foram tempestivamente entregues no período da ação fiscal.

No recurso, alegou a interessada que teria sido equivocado o entendimento do Acórdão de primeira instância em relação à exclusão dos valores de carta-frete da base de cálculo da contribuição, em face do princípio da “não comutatividade tributária” e com base na legislação, de forma que a questão não teria sido atingida pela coisa julgada.

Esclareceu que prestaria serviços de transporte de cargas e de agenciamento de transportes, contratando “outras pessoas jurídicas ou carreteiros autônomos para prestar serviço de transporte”. Em relação aos contratos de agenciamento, receberia “pequeno percentual”, descabendo a tributação de outras receitas que não seu próprio faturamento.

Ainda alegou que seria ilegal a exigência de juros de mora com base na taxa Selic, que não seria prevista em lei. Segundo a interessada, a cobrança de juros pela Selic representaria aumento de tributo sem lei.

Por fim, requereu a aplicação de “interpretação benigna”, para cancelar o auto de infração, ou, se não cancelado, que fossem excluídos a multa e os juros Selic.

## É o Relatório.

John

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
CONFERÊNCIA ORIGINAL

Brasília, 12/09/2008

S.º 553  
Mat. Selo 91745

CC02/C01  
Fls. 602

## Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, dele devendo-se tomar conhecimento.

Inicialmente, é importante ressaltar que o recurso da interessada apenas disse respeito à exclusão dos valores de carta-frete da base de cálculo, relacionados ao que a interessada chamou de receita de agenciamento, e às questões da multa e dos juros de mora.

Ainda antes de analisar o mérito, esclareça-se que a ação judicial relativa à exclusão do ICMS da base de cálculo transitou em julgado, descabendo sua análise no âmbito do presente recurso.

Ademais, ficaram decididas definitivamente as questões da exclusão do vale-pedágio, descontos concedidos e das outras receitas e da espontaneidade em relação às declarações apresentadas sob ação fiscal.

Quanto à alegação de aplicação do princípio da não-cumulatividade, trata-se de questão vinculada à da transferência de receitas a terceiros.

A disposição da Lei nº 9.718, de 1998, que permitiria a exclusão das receitas próprias transferidas a terceiros certamente foi inspirada no princípio constitucional da não-cumulatividade. Entretanto, não é novidade que a Cofins, conforme a hipótese de incidência prevista na Constituição, é contribuição cumulativa.

Se a Constituição permite que se crie uma contribuição cumulativa, então as normas infraconstitucionais que mitiguem a cumulatividade não se sujeitam às regras que delimitam a não-cumulatividade constitucional.

Outra argumentação da interessada foi de que exerceria atividade de agenciamento de transporte, pela qual receberia apenas comissão de agenciamento.

Entretanto, não é isso que consta dos autos, pois o frete era contratado diretamente com a interessada, que subcontratava outra empresa. Assim, o valor pago à empresa subcontratada era despesa da interessada e não repasse de receita de terceiro. A forma como se calculavam os valores é irrelevante à questão.

Ressalte-se que a matéria decidida em sentença judicial transitada em julgado não pode ser rediscutida judicialmente, em face de a sentença representar “lei entre as partes”. Portanto, cabe integral razão à primeira instância.

Quanto à Selic, sua incidência sobre os débitos é matéria da Súmula nº 3 deste 2º Conselho de Contribuintes, publicada no DOU de 26 de setembro de 2007, com o seguinte teor:



Brasília,

12

09

2008

SIMÓ

Mat. SEB/091745

CC02/C01  
Fls. 603

"Súmula nº 3:

*É cabível a cobrança de juros de mora sobre os débitos para com a União decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic para títulos federais.*

Finalmente, não há como aplicar a interpretação mais benéfica em relação à exigência principal e à multa de ofício e aos juros de mora, pelo fato de não haver dúvida razoável em relação à interpretação das disposições legais em comento.

Por fim, adoto os demais fundamentos do Acórdão de primeira instância em relação à matéria objeto do recurso, com fulcro no art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 1999, para lhe negar provimento.

Sala das Sessões, em 08 de agosto de 2008.

JOSÉ ANTONIO FRANCISCO